



**APROVADA**

**ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019**

1  
2  
3  
4  
5 No vigésimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e  
6 trinta minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Ordinário do Conselho  
7 Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife -  
8 COMDICA, na sede do órgão, situado na Rua Dr. José Mariano, nº 228 - Boa Vista, Recife-  
9 PE, e a presidente Ana Maria de Farias Lira coloca para deliberação os seguintes temas em  
10 pauta: **APROVAÇÃO DE ATA; DEMANDAS DA COMISSÃO SOCIOPEDAGÓGICA**  
11 **(INSCRIÇÃO DE CURSOS E RECADASTRAMENTO DE ENTIDADES,**  
12 **APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DAS ENTIDADES APOIADAS PELO**  
13 **FMCA/MROSC) E DEMANDAS DA COMISSÃO DO CONSELHO TUTELAR**  
14 **(DEMANDAS DO DIA D, APRESENTAÇÃO DA LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA O**  
15 **DIA D, VISITAS AOS LOCAIS DE VOTAÇÃO) E INFORMES GERAIS. Participaram**  
16 *do pleno na condição de conselheiras(os): Ana Maria de Farias Lira e Elizabete de Sousa*  
17 *Godinho (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos*  
18 *Humanos - SDSJPSDDH); Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde); Andréa Maia*  
19 *Guerra Coimbra Carvalho (Procuradoria Geral do Município); Hemi Monique Vilas Boas de*  
20 *Andrade (CIEE - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco); Núbia Carla de*  
21 *Azevedo Mesquita e Eliane Monteiro da Silva Coelho (Associação para a Restauração do*  
22 *Homem); Natuch Pinto de Lira (Cendhec - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação*  
23 *Social); Itamar Sousa de Lima Júnior (Conselho Regional de Psicologia - CRP); Armindo*  
24 *Nascimento Pessoa (Lar Presbiteriano Vale do Senhor); Evandro Alves de Freitas e Gêssica*  
25 *Dias Lins de Oliveira (Instituto Solidare) e, também, os seguintes representantes da sociedade*  
26 *civil e convidados(as): Madalena Fuchs (Educandário Nossa Senhora do Rosário); Erika*  
27 *Correia (Mais Consultoria); Vilma Raquel (Projeto Pescar); José Padilha (NACC); Antônio*  
28 *Luiz (Exército de Salvação); Daniela Araújo (Grupo Adolscer); Catarina de Santana (Fé e*  
29 *Alegria); Francisca Graça (IASDOC); Larissa Torres (Cecosne); Lourdinha Sousa (FDCA-*  
30 *CMM); Maria Lúcia e Maria das Dôres (ASBEAS - INSF); Marina Alves (NACC-PE); Ana*  
31 *Paulo Lins e Silva (ESPRO); Elizabete (CESC Coqueiral); Renata Paula (Emprel) e, ainda, os*  
32 *técnicos do COMDICA, Anderson Ferreira, Roberta Sartori, Aurely Macedo, Ieda Accioly,*  
33 *(Sociopedagógico); Estevão Wanderley (Prestação de Contas); Angélica Araújo e Luiz*  
34 *Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a secretária executiva, Simone Melo. A presidente*  
35 *inicia o pleno agradecendo a presença de todos os presentes e recita um poema de Cora*  
36 *Coralina. Dando andamento ao pleno, a presidente apresenta para aprovação a ata do pleno*  
37 *ordinário do dia 27 de agosto do corrente. O conselheiro Natuch informa que não recebeu o*  
38 *documento em tempo hábil e, por isso, não conseguiu fazer a leitura. Solicita análise no*  
39 *próximo pleno. A técnica Angélica explica que devido ao número de demandas referentes ao*  
40 *processo dos conselhos tutelares, a ata foi encaminhada no dia de ontem, 23, por volta das*  
41 *18h30. A presidente acata a solicitação do conselheiro e solicita que o documento seja*  
42 *analisado no próximo pleno ordinário. Dando continuidade a pauta, a técnica Roberta*  
43 *apresenta o pedido de cadastramento da Associação de Ensino Social Profissionalizante*  
44 *(ESPRO). Os eixos de atuação são Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, Aprendizagem e*  
45 *Profissionalização. Não recebeu financiamento do FMCA. O Atestado de Regularidade do*  
46 *Corpo de Bombeiros já venceu em 07/06/2019. Possui infraestrutura compatível para a*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 realização das atividades propostas. Segundo o parecer técnico, a análise documental e a visita  
48 de monitoramento observaram que a ESPRO encontra-se em consonância com o Estatuto da  
49 Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 90, no que tange ao regime de atendimento e que  
50 foi possível observar que as atividades estão coerentes com a finalidade e objetivos do seu  
51 Estatuto Social e a sua proposta pedagógica, apresentando assim, excelentes condições técnicas  
52 e de infraestrutura, conforme preconiza o Art. 91 do ECA. Diante do exposto, a equipe técnica  
53 recomenda o recadastramento da instituição, apenas com os regimes de Apoio Sócio Educativo  
54 em Meio Aberto, Aprendizagem e Profissionalização. A Comissão Sociopedagógica sugere  
55 aprovação do recadastramento da instituição, conforme parecer técnico. A técnica acrescenta  
56 que a ESPRO tem foco principal em Aprendizagem e Profissionalização, que a instituição  
57 participa do FORAP, que a equipe de educadores são pessoas formadas com cursos superiores,  
58 mestrado e doutorado, que a instituição é organizada e que tem vários parceiros. **Em regime  
59 de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o recadastramento da ESPRO.  
60 O pleno acena positivamente e o recadastramento é aprovado.** A técnica Roberta segue  
61 com a apresentação da ESPRO para validação dos cursos de Aprendizagem em Gestão,  
62 Qualidade, Atendimento e Serviços - Arco Ocupacional N°59687 e Aprendizagem em  
63 Qualidade em Serviços Administrativos - CBO N°61106. A técnica informa que os cursos já  
64 existem e que o protocolo de entrada data de 14/08/2019. O público alvo são adolescentes e  
65 jovens, de 14 a 24 anos, integrantes de famílias em situação de fragilização dos vínculos de  
66 pertencimento e sociabilidade, jovens em situação de alta vulnerabilidade, com renda familiar  
67 de até dois salários mínimos. A meta de beneficiários é de 45 adolescentes e jovens por curso.  
68 O programa de aprendizagem profissional da instituição tem funcionamento permanente com  
69 cursos com vigência de dezesseis meses, em média. O objetivo é oferecer formação através do  
70 Programa de Aprendizagem Profissional nos cursos de Aprendizagem em Gestão, Qualidade,  
71 Atendimento e Serviços para adolescentes acolhidos e/ou atendidos pela instituição na  
72 condição de Jovem Aprendiz. A equipe é formada por quatro instrutores para cada curso, sendo  
73 Superior em Administração, Superior em Comunicação, Superior em Pedagogia e Superior em  
74 Letras. O parecer técnico indica que a entidade apresenta condições legais e estruturais para  
75 execução dos cursos apresentados. A Comissão Sociopedagógica está de acordo com o parecer  
76 técnico para validação dos cursos. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao  
77 colegiado se aprova a inscrição de programas de aprendizagem da ESPRO. O pleno  
78 acena positivamente e a inscrição é aprovada.** A técnica Ieda apresenta o recadastramento  
79 do Lar Fabiano de Cristo, na RPA 04. O eixo de atuação é o Apoio Sócio Familiar. A técnica  
80 informa que fez a visita de recadastramento ao lado da conselheira Eliane Monteiro, que a  
81 instituição não recebeu financiamento do FMCA nos últimos dois anos, mas foi contemplada  
82 com o apoio do BNB, que não foi apresentado o protocolo do Corpo de Bombeiros e que  
83 possui infraestrutura compatível para a realização das atividades propostas. O parecer técnico  
84 recomenda o recadastramento da instituição e a Comissão Sociopedagógica acompanha o  
85 parecer técnico. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o  
86 recadastramento do LAR FABIANO DE CRISTO. O pleno acena positivamente e o  
87 recadastramento é aprovado.** A técnica Ieda apresenta o recadastramento do Grupo de Apoio  
88 à Criança Carente com Câncer, GAC-PE, na RPA 01. Ieda lembra que o pleno solicitou que a  
89 instituição fosse chamada para a readequação do eixo de atuação. Assim foi feito e o GAC  
90 readequou o regime de atendimento para Orientação e Apoio Sócio Familiar. Dito isso, a  
91 técnica coloca que a instituição não recebeu financiamento do FMCA nos últimos dois anos,  
92 que a instituição não apresentou o Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros e que



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 possui infraestrutura compatível para a realização das atividades propostas. O parecer técnico  
94 recomenda o cadastramento da instituição, pois possui uma equipe técnica compatível com as  
95 atividades, assim como vem cumprindo as recomendações elencadas no plano de trabalho de  
96 acordo com os Arts. 90 e 91 do ECA. A Comissão Sociopedagógica acompanha o parecer  
97 técnico. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o**  
98 **recadastramento do GAC-PE. O pleno acena positivamente e o cadastramento é**  
99 **aprovado.** A técnica Ieda apresenta a solicitação de registro de entidade para o Núcleo de  
100 Apoio à Criança com Câncer, NACC, na RPA 03. O eixo de atuação é Orientação e Apoio  
101 Sócio Familiar. A técnica informa que o público alvo são crianças e adolescentes, que as  
102 atividades desenvolvidas são de suporte psicossocial, atividade em sala de aula, oficinas de  
103 fuxico, desenhando os mestres e nutricional, orientação familiar, brinquedoteca e escuta  
104 psicanalítica e, ainda, que as atividades estão de acordo com os Arts. 90 e 91 do ECA. Ieda diz  
105 que a instituição possui uma equipe técnica com duas assistentes sociais, psicólogo,  
106 fisioterapeuta, pedagogo, nutricionista e equipe de voluntariado para suporte de atividades. Ela  
107 coloca que a instituição recebe doações de pessoas físicas, empresas e comercializa produtos.  
108 O parecer técnico recomenda a concessão do registro e a Comissão Sociopedagógica  
109 acompanha o parecer, com ressalva. O conselheiro Itamar diz que gostaria de informações  
110 sobre a escuta psicanalítica. Ele diz entender que na instituição tem uma equipe de psicólogos,  
111 mas que a escuta psicanalítica pode ser realizada por qualquer profissional com especialização  
112 na área. É preciso muitos pré-requisitos para aplicar a psicanálise, afirma Itamar. Ele diz que a  
113 escuta psicológica é uma coisa, o atendimento psicológico outra coisa e a escuta psicanalítica é  
114 algo que não é possível entender como está posto. Itamar recomenda que se solicite uma  
115 explicação por parte da instituição sobre o trabalho desenvolvido para que o colegiado tenha o  
116 entendimento necessário. A técnica Ieda informa que o trabalho é desenvolvido de quinze em  
117 quinze dias com a ajuda de um voluntário. A presidente acredita que o trabalho realizado deve  
118 ser de apoio psicológico e, não, escuta psicanalítica. Ela diz entender que o encaminhamento é  
119 de fazer a aprovação para que a OSC não fique sem registro e que, no processo de  
120 monitoramento, seja feita uma discussão sobre a questão da escuta psicanalítica. **Em regime**  
121 **de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova a concessão de registro para o**  
122 **NACC. O pleno acena positivamente e a concessão é aprovada com ressalva.** Dando  
123 continuidade a pauta, a presidente solicita a apresentação do diagnóstico das entidades  
124 apoiadas pelo FMCA/MROSC, conforme solicitado pelo pleno. O técnico Estevão informa que  
125 houve um "certo ruído" quanto a necessidade das mudanças estatutárias. O técnico diz que  
126 entre os objetivos, que geralmente aparecem nos artigos iniciais do Estatuto, deve constar um  
127 inciso que expresse: "*promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social*",  
128 conforme inciso I, do artigo 33, Lei nº13.019. Ele coloca também que a equipe fez uma  
129 pesquisa geral sobre decretos de outros municípios e constatou que, em algumas prefeituras  
130 municipais, é solicitado que seja colocado um inciso informando da "*promoção de atividades e*  
131 *finalidades de relevância pública e social*" e outras não. O técnico coloca que é preciso que a  
132 Comissão Jurídica decida. Com relação ao inciso III, do Artigo 33, a maioria dos estatutos  
133 colocam "*caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a*  
134 *outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto*  
135 *social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta*". Já com relação ao ponto onde diz  
136 que a organização manterá a "*escrituração de acordo com os princípios fundamentais de*  
137 *contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade*", o técnico diz que a inclusão do  
138 inciso IV, no MROSC, foi colocado por pressão do Conselho de Contabilidade e que as





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 entidades precisam contabilizar de acordo com as normas. As que estão contabilizadas de 2014  
140 em diante está tudo certo, afirma Estevão. Ele sugere uma análise da Comissão Jurídica. O  
141 técnico afirma ainda que, pela análise, não há um cenário caótico e em desarmonia com o  
142 MROSC. O técnico Anderson diz que, no Eixo Socioeducativo, 18% dos Estatutos Sociais  
143 estão atualizados e 82% desatualizados. Estão atualizados, conforme preconiza o MROSC, as  
144 seguintes entidades: Lar Fabiano de Cristo, Exército de Salvação e Mais Consultoria. No Eixo  
145 Rua, a entidade Ruas e Praças está com o seu Estatuto Social desatualizado e, no Eixo  
146 Acolhimento, o Lar do Nenem. No Eixo Violência, o Grupo Adolescer. Anderson informa  
147 ainda que as atas das instituições estão atualizadas e a vigência das diretorias também (anexo  
148 1). A conselheira Núbia diz que o trabalho mostra um panorama das organizações. Como  
149 jurista, ela coloca que o Art.33 pede que as "*normas de organização interna que prevejam,*  
150 *expressamente*". A conselheira diz que muitos estatutos contem o espírito da lei, mas não  
151 expressamente. Ela diz que é necessário a correção expressa. É recomendável adequar tudo e  
152 não só a questão da contabilidade, diz Núbia. O conselheiro Itamar coloca que a lei pede  
153 "*objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social*". O  
154 conselheiro Natuch diz que a Cidade do Recife precisa decidir o que vai exigir e uniformizar. É  
155 uma decisão não só do COMDICA, afirma Natuch. Ele coloca que não pode "um órgão exigir  
156 uma coisa e outro órgão exigir outra coisa". Do COMDICA, o Governo Federal exige,  
157 expressamente, o que está no MROSC, afirma o conselheiro. É preciso ampliar a discussão em  
158 outro nível, fala o conselheiro. Quanto as normas de contabilidade, ele diz que nenhuma  
159 organização pode deixar de cumprir. O conselheiro recomenda que todas as organizações  
160 façam as mudanças devidas. O conselheiro Itamar coloca que objetivo é uma coisa prática, ao  
161 qual a instituição está destinada a fazer. Ele afirma que a instituição não pode ter como  
162 objetivo "ser uma relevância pública", já que não é a OSC que diz se é ou não uma relevância  
163 pública. Ela não se autodenomina, diz o conselheiro. Os objetivos precisam ser um pouco mais  
164 esmiuçados para que haja uma compreensão no que tange ao trabalho com crianças e  
165 adolescentes, diz o conselheiro. A presidente diz que a questão trazida por Natuch, da  
166 regulamentação, está sendo amadurecida na prefeitura municipal. Ela coloca que já houve uma  
167 solicitação do Conselho de Assistência Social e da SDSJPSDDH. A mesma afirma que existe  
168 um encaminhamento, que está em estudo, para que a própria Procuradoria Geral do Município  
169 faça uma discussão interna e normatize o que diz respeito as especificidades do município.  
170 Uma coisa é a lei federal e a outra são as especificidades do município, fala a presidente. Núbia  
171 pergunta como fica as OSC's que estão com a segunda parcela do financiamento condicionadas  
172 a atualização do Estatuto Social. A presidente diz que o processo na prefeitura pode demandar  
173 muito tempo e é preciso caminhar. É preciso trabalhar com o resultado do estudo, diz a  
174 presidente. O ideal é que seja garantido o preceito que fala de atividades permanentes e sem  
175 interrupção, diz a mesma. É preciso ir trabalhando, verificando e acompanhando as questões  
176 das organizações, afirma. Ela diz também que, concluída a questão das vinte e seis OSC's  
177 financiadas, é preciso fazer o mesmo com as outras organizações registradas. A presidente  
178 lembra que, feita a pesquisa, o próximo passo é pensar a oficina para refletir as questões  
179 específicas de cada uma das organizações. Ela pede que o trabalho seja feito até o final do ano.  
180 O encaminhamento é pela realização da oficina, organizando data, proposta e programação e,  
181 paralelamente, pensar as questões das outras entidades registradas e que ainda não estão  
182 acessando o fundo. Itamar diz que ainda não ficou claro como se dará a questão do item sobre  
183 "*finalidades de relevância pública e social*". A Conselheira Núbia diz que entende que os  
184 objetivos da organização precisam ficar bem claros para que a entidade seja registrada no



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 COMDICA. O conselheiro Evandro afirma que o termo "expressamente" é muito dúbio. Ele  
186 diz que a leitura é de quem for observar o processo. é uma questão de muitas reflexões, diz  
187 Evandro. Ele diz que o conselho está lançando para as organizações um nível de exigência que  
188 pode ser algo positivo, com relação a possibilidade de convênios federais, mas pode ser que a  
189 possibilidade nunca aconteça. O conselheiro diz que é possível aconselhar a organização por  
190 questões de segurança e cautela. Ele questiona a forma radical de exigir já que as OSC's tem  
191 problemas financeiros. Qual o orçamento que permite despesas cartoriais e com advogados,  
192 pergunta o conselheiro. Evandro lembra ainda que hoje não há permissão para a remuneração  
193 da diretoria da organização, mas que o MROSC diz que pode. O conselheiro diz que a proposta  
194 é que a atualização do Estatuto Social fique a cargo de cada instituição. Antônio (Exercito de  
195 Salvação) coloca que não se muda estatuto com rapidez, principalmente, quando a instituição é  
196 de âmbito nacional. A segunda questão é que a lei diz que deve existir objetivos que expressem  
197 "*à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social*", fala o representante.  
198 Ele diz que a lei não deve constar um inciso que expresse. Erika (Mais Consultoria Social) diz  
199 que a mudança no estatuto não é só uma questão financeira, mas, sim, de discussão na  
200 comunidade que atua. Ela chama atenção também para a atuação profissional dos advogados  
201 que, quase sempre, não tem compromisso com a organização. A mesma diz que as instituições  
202 precisam de todo tipo de ajuda contábil e jurídica, citando como exemplo questões relativas ao  
203 Alvará de Funcionamento. Lourdinha (Casa Menina Mulher e Fórum DCA) afirma que o  
204 fórum tirou como encaminhamento uma oficina com o Cendhec para as instituições  
205 financiadas pelo FMCA. Ela diz que é preciso adequar os estatutos e que as organizações  
206 precisam passar pelo processo. A presidente explica que o diagnóstico foi realizado para  
207 atender as entidades conveniadas. De acordo com o edital não era para ter sido feito o convênio  
208 agora, diz a presidente. Ela lembra que o FMCA é um fundo público que passa por uma  
209 regulação dos órgãos oficiais de controle de utilização de recursos públicos como TCE e TCU.  
210 A presidente diz compreender todas as dificuldades, mas como gestora pública e da forma que  
211 está posto, não assina mais empenho. É preciso demonstrar que houve a preocupação com o  
212 cumprimento da lei, afirma ela. A mesma afirma que é preciso se resguardar. Se nada for feito,  
213 as entidades que utilizam recursos públicos também serão responsabilizadas futuramente,  
214 conclui a presidente. A conselheira Núbia responde à Mais Consultoria Social perguntando  
215 como uma OSC caminha, juridicamente, sem uma pessoa de confiança. É preciso um caminhar  
216 jurídico sério e comprometido, diz ela. Quanto a questão do Alvará de Funcionamento, Núbia  
217 avisa que o COMDICA já está em discussão com o Corpo de Bombeiros. O conselheiro Itamar  
218 lembra que existe uma nova lei que altera o Marco Regulatório das Organizações Sociais, Lei  
219 nº 13.204/2015, e apresenta nova redação referente a finalidade e relevância pública e texto  
220 estatutário. É preciso encaminhar na oficina a questão e alinhar com a gestão municipal, afirma  
221 o conselheiro. **Para tanto, o encaminhamento é pela realização de uma oficina,**  
222 **conjuntamente com o Fórum DCA, com as vinte e seis organizações que estão acessando o**  
223 **fundo.** Seguindo a pauta, a presidente lembra que há uma logística para o dia da escolha dos  
224 membros dos conselhos tutelares, 06 de outubro do corrente. Ela diz que a prefeitura municipal  
225 publicou um decreto para o recrutamento de servidores para trabalhar no dia da escolha (Dia  
226 D). Ela diz que são mais de mil servidores para as mesas de votação. A presidente diz que ao  
227 todo são 360 urnas que precisam de, pelo menos, três pessoas em cada uma das urnas. A  
228 mesma lembra que é preciso pensar também na logística da guarda municipal e transporte das  
229 urnas, além de pensar no plantão dos membros do colegiado para resolver os problemas. Ela  
230 diz que o Ministério Público estará de plantão também. Assim, a presidente chama a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 responsabilidade para os membros da Comissão Eleitoral e todo colegiado e, no momento,  
232 apresenta o Decreto nº32.890/2019 (anexo 2) que convoca servidores efetivos, cargos  
233 comissionados e de seleção simplificada. Ela explica que são os servidores que dispõem de  
234 matrículas e que poderão ser beneficiados com dois dias de folga. A mesma explica que o  
235 pagamento não será possível devido ao montante de recursos, porém acha justo uma ajuda de  
236 custo para alimentação e transporte. A secretária Ana Rita Suassuna deverá estudar a  
237 possibilidade da ajuda, diz a presidente. Ela explica ainda que já foram gastos R\$ 800 mil com  
238 aquisição de material para o processo e que, certamente, será feita uma suplementação. Ao  
239 todo serão mobilizados 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez) servidores municipais para  
240 colaborar na seguinte conformidade: 200 (duzentos) da SDSJPSDDH; 15 (quinze) da  
241 Controladoria Geral do Município; 10 (dez) da Procuradoria Geral do Município; 15 (quinze)  
242 da Secretaria de Finanças; 400 (quatrocentos) da Secretaria de Saúde; 600 (seiscentos) da  
243 Secretaria de Educação, exceto Professor Regente; 30 (trinta) da Empresa Municipal de  
244 Informática; 50 (cinquenta) da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas; 20 (vinte) da  
245 Secretaria de Cultura; 10 (dez) da Secretaria de Planejamento Urbano; 50 (cinquenta) da  
246 Secretaria de Segurança Urbana; 10 (dez) da Secretaria da Mulher e 50 (cinquenta) da  
247 Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano. Para trabalhar no recebimento das urnas  
248 eletrônicas, dia 05 do corrente, serão convocados 214 (duzentos e quatorze) servidores da  
249 Secretaria de Educação, diz a presidente. Ela explica que as urnas eletrônicas já estão na  
250 Emprel para serem inseminadas. A mesma diz que houve dificuldades na inseminação já que o  
251 TRE só cedeu as informações essa semana. A presidente comunica que a equipe técnica do  
252 COMDICA já está visitando as escolas onde deve funcionar os locais de votação, mas que o  
253 colegiado deve também fazer as visita para garantir o bom funcionamento do sistema. A  
254 técnica da Emprel, Renata Paula, avisa que estão sendo montadas as urnas eletrônicas e os kits  
255 eletrônicos para distribuição a partir da próxima segunda-feira, dia 30. A técnica diz que a  
256 entrega será feita no caminhão cedido pela Educação e que o material será guardado na  
257 secretaria da escola. A previsão é que no início da próxima semana seja encaminhado para o  
258 COMDICA os cadernos de votação, atas da eleição e *pen drives* lacrados, diz Renata. Nos *pen*  
259 *drives* serão colocados o sistema operacional, dados dos candidatos e dos eleitores. Os *pen*  
260 *drives*, onde serão gravados os votos, terão códigos de segurança que ninguém conhece e as  
261 cédulas, para a possibilidade de votação manual, estão sendo impressas com proteção  
262 anticópia, afirma a técnica. Feito isso, o COMDICA vai preparar os *kits* seção com todo o  
263 material gráfico e ata de seção para entrega no sábado, dia 05, lembra Renata. No sábado, os  
264 administradores de prédios estarão recebendo os materiais (kit), pegando as urnas na secretaria  
265 da escola com o gestor e montando as seções. Terminou a votação, serão emitidos os boletins  
266 de urna e o fiscal do prédio confere o kit e o *pen drive* para encaminhamento ao local de  
267 apuração, coloca a técnica. A previsão é que a apuração inicie às 19h, finaliza Renata. A  
268 presidente explica que na próxima semana estão previstas reuniões de formação do pessoal que  
269 vai trabalhar no processo. Renata explica que a Emprel está planejando uma formação em três  
270 dias e, por isso, está com um problema de disponibilidade de salas. Já o material de orientação,  
271 lembra ela, está sendo montado para distribuir entre mesários e presidentes de mesa. Quanto  
272 aos administradores de prédios, a Emprel vai capacitar, afirma. Dito isso, a presidente pergunta  
273 quem poderá se disponibilizar para fazer as visitas nas escolas. Para tanto, as visitas ficam  
274 assim agendadas: Dia 25, manhã, Andréa e Itamar; dia 26, tarde, Núbia e Eliane; dia 27,  
275 manhã, Itamar e Germana; dia 27, tarde, Evandro; dia 30, manhã, Andréa; dia 30, tarde,  
276 Elizabete; dia 01, manhã, Armindo e Itamar; dia 01, tarde, Núbia e Hemi e, por fim, dia 02,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 manhã, Elizabete. A presidente informa que a secretaria executiva da Educação deve convocar  
278 uma reunião com todos os gestores para a socialização das informações. A conselheira  
279 Elizabete coloca que a presidência fica, a todo momento, dando informes quando a  
280 responsabilidade direta é de todo o colegiado. A conselheira diz que a coordenação está  
281 tentando organizar uma base logística de pessoal e o colegiado precisa colocar a "mão na  
282 massa". É preciso sair do lugar de passividade, diz ela. Elizabete completa que, além de tudo, é  
283 preciso aprovar uma resolução, com toda normativa do dia da escolha, ainda hoje. A presidente  
284 esclarece que, além do decreto, é preciso uma regulamentação, um instrumento legal, para o  
285 dia da votação. Ela lembra que não foi possível o debate sobre o assunto na Comissão Eleitoral  
286 e que o debate será realizado no pleno. A resolução é a complementação do decreto. A técnica  
287 Roberta explica que a resolução foi construída a partir de uma pesquisa realizada, orientação da  
288 Emprel e determinação do Ministério Público. A presidente lembra que foi feita uma  
289 convocação no pleno para tratar o assunto e que, do colegiado, apenas três conselheiros  
290 participaram da reunião. Da reunião saiu uma série de recomendações, esclarece ela. Em  
291 primeiro momento, a técnica Roberta faz a leitura do documento (Anexo 3) e, em seguida, a  
292 técnica Angélica continua com a leitura para posterior aprovação. **Após análise do conteúdo e**  
293 **debate, o colegiado faz alterações nos Artigos 19 e 34 do documento e aprova a Resolução**  
294 **para publicação no Diário Oficial e sítio eletrônico do COMDICA. Informes Gerais - O**  
295 **CEDCA está realizando o Movimento Viva CONANDA, dia 30 de setembro, a partir das 9h,**  
296 **no Centro de Artesanato de Pernambuco, no Marco Zero, para uma análise de conjuntura e**  
297 **proposições. A presidente lembra que na quinta-feira, dia 26, às 9h, será a apresentação do**  
298 **sistema desenvolvido pela Emprel para o processo de escolha. Ela diz que na ocasião será feito**  
299 **um sorteio para que os presentes possam exercer o voto. A presidente reafirma a importância**  
300 **de todos que fazem o COMDICA votar no dia 06. Por fim, a presidente coloca que o trabalho é**  
301 **exaustivo e que a conselheira Andréa Coimbra vem trabalhando para responder cerca de 100**  
302 **(cem) recursos impetrados de toda ordem. Não tendo nada mais que por si só mereça registro, a**  
303 **reunião é encerrada às 12h30.**

304  
305 Recife, 24 de setembro de 2019

306  
307  
308 

---

*Ana Maria de Farias Lira*  
309 *Presidente*

310  
311  
312 

---

*Elizabete de Sousa Godinho*  
313 *(Conselheira / Secretaria de Desenvolvimento Social,*  
314 *Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos)*

315  
316  
317  
318 

---

*Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho*  
319 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*

320  
321  
322





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323

---

324 **Germana Bezerra Suassuna**

325 (Conselheira / Secretaria de Saúde)

326

327

---

328 **Itamar Sousa de Lima Júnior**

329 (Conselheiro / Conselho Regional de Psicologia - CRP)

330

331

---

332 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**

333 (Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)

334

335

336

---

337 **Núbia Carla de Azevedo Mesquita**

338 (Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)

339

340

341

---

342 **Eliane Monteiro da Silva Coelho**

343 (Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)

344

345

346

---

347 **Natuch Pinto de Lira**

348 (Conselheiro / Centro Dom Helder Câmara  
349 de Estudos e Ação Social - Cendhec)

350

351

352

---

353 **Armando Nascimento Pessoa**

354 (Conselheiro / Lar Presbiteriano Vale do Senhor)

355

356

357

---

358 **Géssica Dias Lins de Oliveira**

359 (Conselheira / Instituto Solidare)

360

361

---

362 **Evandro Alves de Freitas**

363 (Conselheiro / Instituto Solidare)